

Ucrânia disponível para ouvir o que a Rússia entende por “estatuto neutral”

Depois do recuo de Zelenskii sobre a adesão à NATO, porta-voz da presidência dá conta da abertura de Kiev para discutir o seu futuro com Moscovo. Presidente ucraniano pede urgência na resolução da proposta de fornecimento de caças polacos

António Saraiva Lima

O Governo da Ucrânia mantém-se firme na defesa da integridade territorial do país e na garantia de que não tem a intenção de ceder às exigências “humilhantes” da Federação Russa. Mas à medida que a guerra se arrasta e se alastra pelo território, que as forças da resistência vão sentido cada vez mais dificuldades em repelir o invasor russo, e que o tempo vai revelando o drama humanitário em que o país se transformou, os líderes políticos ucranianos começam a mostrar mais abertura para discutir soluções alternativas para por fim à guerra.

Em entrevista ao canal televisivo alemão ARD, divulgada na terça-feira à noite, e citada pela agência ucraniana Ukrinform, o vice-chefe do gabinete da presidência da Ucrânia, Ihor Jovkva, deu conta da disponibilidade de Kiev para, numa situação de negociações ao mais alto nível, ouvir aquilo que o Governo russo entende por “estatuto neutral” – um dos objecti-

vos que Vladimir Putin traçou para a Ucrânia quando mandou as tropas avançarem com a invasão.

Jovkva garantiu que o país não vai aceitar quaisquer “ultimatos inaceitáveis”, mas disse que “o resto pode ser discutido, como, por exemplo, o que é que significaria um possível estatuto neutral da Ucrânia”. Já ontem, numa mensagem partilhada no Facebook, o porta-voz da presidência repetiu que a Ucrânia “está pronta para discutir o estatuto neutral”, mas só se tiver “garantias securitárias claras” dos países vizinhos, “incluindo a Rússia” e “as principais potências”, como os EUA, a Alemanha ou a Turquia.

Para além disso, sublinhou, todas as negociações sobre essa questão terão de passar, sempre, pelo fim imediato das hostilidades e pela retirada das tropas russas do território. Jovkva só não esclareceu se o debate sobre a “neutralidade” vai constar entre os principais pontos da agenda de trabalhos do encontro de hoje, em Antália, na Turquia, entre Dmitro Kuleba e Serguei Lavrov, ministros dos Negó-

cios Estrangeiros da Ucrânia e da Federação Russa, respectivamente.

As primeiras três rondas de negociações entre representantes dos dois países centraram-se, essencialmente, no estabelecimento de “corredores humanitários” em diferentes cidades e regiões da Ucrânia, para permitir a retirada de civis das zonas mais afectadas pelos bombardeamentos e ataques russos.

Citada pela Reuters, Maria Zakharova, porta-voz do Ministério dos Negócios Estrangeiros russo, disse ontem que a “preferência” do Governo russo é garantir a “neutralidade” da Ucrânia “através do diálogo”. Por outro, assegurou que os planos da Rússia para a Ucrânia não passam pela destituição do Governo de Kiev. Nas várias intervenções que dedicou ao assunto, Putin apresentou a “neutralidade” da Ucrânia como objectivo fundamental da “operação militar especial”, a par da “desmilitarização” e da “desnazificação” do país.

No que à “neutralidade” da Ucrânia diz respeito, o Kremlin, e particularmente o seu porta-voz, Dmitri Peskov,



Volodimir Zelenskii disse que “já refreou” a sua posição sobre a adesão da Ucrânia à NATO

tem dito que as exigências russas pas- sam por forçar o seu vizinho a introduzir esse propósito na Constituição ucraniana, assim como a renúncia em aderir à NATO e à União Europeia.

A NATO “tem medo”

Após vários dias a defender que a guerra deu ainda mais motivos à Ucrânia para se candidatar à NATO, o Presidente ucraniano, Volodimir Zelenskii, deu a entender, terça-feira à noite, que está disposto a recuar nessa pretensão, até por causa da reacção pouco entusiasmada dos membros da aliança militar. “Já refreei [a minha posição] sobre esta questão há algum tempo, depois de ter percebido que a NATO não está preparada para aceitar a Ucrânia”, afirmou à ABC News. “A aliança tem medo de tudo o que seja controverso e de um confronto com a Rússia”, criticou, assegurando ainda que não quer ser o Presidente de “um país que implora de joelhos por algo”.

Questionado sobre aquilo que a Ucrânia estaria disposta a aceitar para garantir o fim da guerra, o chefe de

A Ucrânia não vai aceitar quaisquer “ultimatos inaceitáveis” mas “o resto pode ser discutido”, disse um alto responsável



Estado admitiu disponibilidade para chegar a um compromisso sobre um novo estatuto para as províncias de Donetsk e de Lugansk, no Donbass, mas sem abdicar da integridade territorial da Ucrânia. “[Para negociar] precisamos de garantias securitárias. Estas pseudo-repúblicas não foram reconhecidas por ninguém, para além da Rússia. Mas podemos discutir e chegar a um acordo sobre como é que estes territórios vão viver”, disse Zelenskii.

Reconhecidas como Estados independentes por Putin antes da invasão, as províncias separatistas e pró-russas do Leste da Ucrânia estão em guerra com o Exército ucraniano desde 2014. Os Acordos de Minsk, de 2014-2015, pressupõem a admissão de um elevado grau de autonomia para ambas, mas o reconhecimento russo da secessão deitou por terra esse tratado. O Kremlin pretende agora que Kiev também reconheça a independência de Lugansk e de Donetsk e que aceite ainda que a península da Crimeia, a sul, anexada pela Rússia em 2014, faz oficialmente parte do terri-

tório russo. “Não estamos preparados para aceitar ultimatós”, insistiu Zelenskii, chutando o futuro imediato da Ucrânia para a disponibilidade da Federação Russa em dialogar. “Aquilo que é necessário ser feito é que o Presidente Putin comece a falar, a iniciar um diálogo, em vez de viver numa bolha informacional e sem oxigénio.”

Confusão com os MiG

A desilusão de Zelenskii com a NATO não se prende apenas com a falta de interesse da aliança em aceitar a Ucrânia nas suas fileiras num futuro próximo. Zelenskii não tem escondido a sua indignação com a recusa da NATO em impor uma zona de exclusão aérea para travar a Força Aérea russa – decisão justificada pelos seus membros com os riscos de a arrastar para o conflito – e agora pede uma resposta célere à proposta da Polónia para fornecer aviões militares à Ucrânia.

“Decidam o mais rapidamente possível, enviem-nos os aviões”, pediu Zelenskii, numa mensagem difundida pela rede social Telegram. “Resolvam

imediatamente.” Em causa está uma proposta do Governo polaco para deslocar todos os seus caças MiG-29 até à base militar dos EUA em Ramstein, na Alemanha, para depois os EUA os transferirem para a Ucrânia.

Uma vez que se trata de aviões de fabrico soviético – que, para além da Polónia, também a Eslováquia e a Bulgária possuem –, os pilotos ucranianos teriam mais facilidade em operar com eles, ao invés dos caças F-16, de origem norte-americana. Mas pouco após o anúncio da Polónia, na terça-feira, que parece ter apanhado o Washington de surpresa, o Pentágono disse que o plano não era “sustentável” e informou que, se Varsóvia quisesse fornecer aviões de combate à Ucrânia, teria de o fazer a título individual. Ontem, o primeiro-ministro da Polónia, Mateusz Morawiecki, esclareceu que a entrega de aviões à Força Aérea ucraniana seria sempre uma escolha “unânime e inequívoca de toda a aliança do Atlântico Norte”: “Não concordámos em fornecer aviões sozinhos, tem de ser uma decisão da NATO como um todo.”

Biden enviou delegação a Caracas Venezuela e EUA falam sobre a crise energética e a libertação de presos

António Rodrigues

Tantas vezes repetida, a máxima de que a guerra traz oportunidades para alguns volta a ficar demonstrada na forma como a Administração de Joe Biden se aproxima do Governo de Nicolás Maduro, da Venezuela, numa altura em que o corte da importação de petróleo russo por causa da guerra na Ucrânia obriga os Estados Unidos a procurar outros fornecedores que ocupem o lugar da Rússia.

O encontro de mais alto nível desde 2019 entre os dois países resultou, na terça-feira, na libertação de dois cidadãos dos EUA presos na Venezuela: Gustavo Cardenas, um dos seis executivos da petrolífera Citgo detidos em 2017, e Jorge Alberto Fernandez, cubano-americano detido junto à fronteira com a Colômbia.

Este aparente gesto de boa vontade está relacionado com a visita da delegação norte-americana a Caracas, que a Administração Biden reconheceu ter tido como objectivo discutir a questão energética, sem especificar se implicava aliviar as sanções ao Governo de Maduro em troca do petróleo de que os EUA precisam.

Esta aproximação entre Washington e Caracas deixou a oposição venezuelana numa posição difícil: “O levantamento de qualquer medida de pressão, se não estiver orientado para a democratização, apenas fortalecerá o autoritarismo que ameaça o mundo”, referiu o bloco opositor em comunicado.

Joe Biden limitou-se a festejar “o regresso de Cardenas e Fernandez” e a lembrar as histórias de todos os norte-americanos que continuam “detidos injustamente contra a sua vontade” em vários países do mundo, tendo a sua enumeração encareirado a Rússia logo a seguir à Venezuela, numa lista que incluiu o Afeganistão, a Síria, a China e o Irão.

“A tão esperada libertação dos americanos”, escreve o *Washington Post*, “assinala um possível degelo na relação entre o Governo Biden e o regime de Maduro, o aliado mais importante da Rússia na América do Sul, e ocorre no momento em que o Governo dos EUA tenta isolar o presidente russo Vladimir Putin após a invasão da Ucrânia”.

A Venezuela, um dos maiores produtores de petróleo do mundo, passou em 20 anos de produzir três milhões de barris diários para apenas 800 mil, tendo por isso espaço para

aumentar a produção, desde que se levanten as sanções, nem que seja em parte, e que possa vender no mercado internacional.

Na segunda-feira, a porta-voz da Casa Branca, Jen Psaki, não quis comentar se Washington pensava reatar a relação com o Governo de Maduro devido à necessidade de petróleo. “Isso é saltar muitas etapas”, afirmou, garantindo que a libertação dos presos não estava relacionada com levantamento de sanções.

Nicolás Maduro confirmou, na televisão pública, que recebeu oficialmente a delegação norte-americana. “No último sábado, uma delegação do Governo dos Estados Unidos da América chegou à Venezuela; recebeu aqui no palácio presidencial.” O chefe de Estado venezuelano classificou “o encontro” como “respeitoso, cordial, muito diplomático”.

Fontes da oposição venezuelana disseram à Europa Press que o líder opositor Juan Guaidó não considera o encontro entre a delegação norte-americana e o Governo de Maduro como uma afronta, garantindo que tinham sido informados de antemão da visita e que também se encontraram com os homens enviados pela Administração Biden.

Além disso, Washington insiste que não houve qualquer mudança na sua política em relação à Venezuela e que continua a “reconhecer a liderança de Guaidó”, como referiu a secretária de Estado adjunta para os Assuntos Políticos dos EUA. Em resposta a uma pergunta do senador Mark Rubio, do Partido Republicano, Victoria Nuland foi peremptória: “Não há nenhuma mudança na nossa estratégia.”



Jan Psaki, porta-voz do Presidente Joe Biden

Êxodo Na Ucrânia, ser uma “mãe coragem” é o mínimo

Reportagem

João Ruela Ribeiro Texto
e Adriano Miranda Fotografia,
em Lviv

A crise humanitária causada pela invasão russa da Ucrânia conta-se pelo eufórico descomunal de milhões de mães

Ao chegar à estação ferroviária de Lviv, o desfile é o mesmo todos os dias, a qualquer hora. Centenas de mulheres carregam mochilas, arrastam malas, transportam o que podem: às vezes sacos frágeis, ou até pequenas transportadoras com gatos. Pela mão, ou por um dedo, seguem os filhos e filhas. Se não houver mão disponível, os mais pequenos agarram-se ao casaco; os mais velhos tentam ajudar a cuidar dos mais novos. A guerra apressa o crescimento.

No êxodo de ucranianos que tentam escapar à guerra, é sobre as mulheres, e sobretudo as mães, que é depositado um peso descomunal. Entre tiros e bombardeamentos abandonaram as suas casas, meteram em malas à pressa os primeiros pertences encontrados, sem muito tempo para considerações geopolíticas. Os russos são “bandidos” e querem matar-nos, temos de fugir para encontrar segurança. Não sabemos quando voltamos ou se voltamos. O pai terá de ficar para defender a nossa terra. Assim se resume a cruzada da guerra. Eles entendem.

Passaram dias em comboios apinhados de gente, sem comer uma refeição quente, às vezes sem sequer poder ir a uma casa de banho. Em Lviv, agrada-lhes a segurança e a certeza de que aqui, por enquanto, não há bombas de que fugir. Mas segue-se nova batalha. Para os que aqui ficam, trata-se de encontrar onde ficar, são planos feitos ao dia. O futuro é palavra maldita.

A maioria procura fugir do país e atravessar a fronteira para a Polónia, onde acreditam estar em segurança

definitiva. Para o fazer, passam horas em filas ao frio, seja para entrar na estação ou para garantir lugar num dos autocarros. Sempre que possível vão buscar sopa quente, chá ou alguma comida preparada pelos voluntários.

Larissa fugiu de Kharkiv (Carcóvia) com a filha, Valeryia, de 17 anos. Parece mais nova. “Isto ajuda-me na vida”, atrai a jovem. Ao seu lado estão duas crianças, de dez e 12 anos, por quem Larissa olha, enquanto a mãe saiu da fila para ir buscar o que comer. A bondade entre estranhos é o combustível destas almas. Filha e mãe passaram dois dias num comboio sobrelotado, de pé, sem poderem ir à casa de banho. Consigo viajam um cão e um gato.

Saíram de Kharkiv, “quando seis aviões atiraram bombas a 200 metros” da sua casa, conta Larissa. “Não foi preciso outra explicação para sabermos que tínhamos de fugir.” Está divorciada e o pai de Valeryia ficou para resistir à invasão. Habitaram-se a lidar com todas as adversidades juntas. “Compreendemo-nos sem necessitar de palavras”, diz a mãe.

As bombas interrompem planos, como os de Larissa e Valeryia, que pensavam ir à Bulgária no Verão, mas não vencem os sonhos. O da jovem é tornar-se pasteleira: “Isto vai ajudar-me. Já não há medo.”

Katya e Viktorya são duas amigas que vieram de Zaporizhzhia, onde as forças russas tomaram o controlo sobre uma central nuclear. Sentadas num banco em frente à estação, estão ambas a dar de comer aos filhos, um de nove e uma de cinco anos, colher a colher, com uma paciência que não se compadece com a urgência da situação.

Chegaram na véspera e estão a morar num quarto alugado em Lviv. Vieram até à estação para procurar informações sobre outros sítios para passar a noite e para arranjar comida quente para as crianças. “Sandes e bolachas não são comida”, diz Katya. Os dois maridos ficaram na cidade, tal como os sogros. “Vão lutar, não há alternativa”, dizem. Temem pelo futuro, não sabem sequer como vão conseguir subsistir sem os seus trabalhos – Katya é funcionária



Na estação de comboios de Lviv, as histórias repetem-se, mas as vidas são diferentes, únicas e irrepetíveis

Esta já será a maior crise de refugiados na Europa desde o fim da II Guerra Mundial

pública e Viktorya é economista.

A invasão russa da Ucrânia está a criar aquela que já é definida como a maior crise de refugiados na Europa desde o fim da II Guerra Mundial. Em duas semanas de guerra, o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) calcula que mais de dois milhões de pessoas já abandonaram a Ucrânia. A estes juntam-se ainda perto de um milhão de ucranianos que fugiram para regiões mais seguras, como Lviv.

Evguenyia chegou ao extremo ocidental da Ucrânia depois de abandonar Zaporizhzhia com as duas filhas de dez e 12 anos. A casa

da família era perto da central nuclear onde se desenrolaram combates nos dias anteriores. Como se explica aos filhos o que está a acontecer? “Com lágrimas”, responde a mãe. “Elas são crescidas, por isso compreendem, e também sabem que têm de ser bem-comportadas.”

A família tinha planeado iniciar obras de renovação da casa, que agora não sabem sequer se ainda está de pé. O objectivo é chegar à Polónia, onde têm amigos.

As histórias de mães e filhos, segurando as poucas provas físicas de uma existência anterior, repetem-se a cada metro quadrado em torno da estação de Lviv. Yulia diz com satisfação que ela e os seus dois filhos, de 11 e 12 anos, estão “a salvo” aqui. Admite que estão “nervosos” e sentem medo pelo pai, que ficou em Dnipropetrovsk, alistado como voluntário para apoiar o Exército. “Os meus filhos vão aprender com isto”, garante.

Uma mãe nunca deixa de o ser, tal como Liubov (que significa amor), de 68 anos, e que contava passar o resto dos seus dias na sua casa em Kiev, perto da família. Consigo vieram quase todos – filhos e noras – mas agora não sabem o que fazer nem para onde ir. “Só queremos descansar”, diz a antiga operária.

Na capital diz ter visto um tanque

Guerra

Os mais idosos não podem fugir: “Não há para onde ir, apenas Odessa”

Reportagem

Isabelle Khurshudyan, em Odessa

Anna Churiliana já não consegue ver, mas as descrições que ouve todas as noites quando liga a televisão no noticiário são horrendas. Junta as mãos e imagina que Kiev e Kharkiv (Carcóvia) ainda são as belas cidades que conheceu. Os olhos enchem-se de água quando imagina como estarão agora, após mais de uma semana de bombardeamentos russos. “As explosões são todas tão horríveis”, diz numa voz trémula. “Eu não posso vê-las, sinto-as em todo o corpo.”

Por toda a Ucrânia, há gente em movimento em busca de segurança fora do país ou em zonas a Ocidente. Nas estações de comboios, vêem-se sobretudo mulheres e crianças puxando malas e levando os pertences que conseguem carregar. Homens entre os 18 e os 60 anos estão proibidos de sair do país.

E depois há os idosos. Para muitos, sair pode ser desgastante, emocionalmente e fisicamente. Para outros, como Anna Churiliana, que tem 90 anos, é tão impraticável que é impossível. E há ainda os que insistem em permanecer, apesar dos apelos dos familiares, por lealdade e amor à sua cidade, o que é especialmente verdade aqui – os habitantes chamam-lhe carinhosamente “Mamá Odessa”, como se ela fosse uma matriarca que os protege.

Anna Churiliana quase não sai do seu apartamento no centro de Odessa há cinco anos. Todos os dias diz em voz alta os pontos de referência à volta do prédio, uma maneira de garantir que o seu mundo não fica confinado apenas àquelas paredes. Pediu à sobrinha, que mora com ela, que pusesse panos nas janelas para se protegerem de explosões – o que torna o seu mundo sombrio ainda mais sombrio. “Que diferença faz isso para mim?”, diz. “Embora gostasse de sentir a luz do sol.”

Ao contrário de outras grandes cidades ucranianas que estão sob bombardeamentos quase constantes, os habitantes de Odessa tiveram quase duas semanas para partir em segurança para oeste. As fronteiras com a Moldóvia e a Roménia também estão próximas.

E se os ucranianos nas cidades ocidentais e centrais do país, como Lviv e Dnipro, estão otimistas quanto à possibilidade de não serem atacados pelas forças russas, em Odessa não têm essa ilusão. Este é um dos maiores portos do mar Negro, estratégico para a Rússia.

Depois de verem a destruição em Kharkiv e nos arredores de Kiev, porque não deixar Odessa, trocando-a por terrenos mais seguros?

Dois voluntários pararam no apartamento de Churiliana no domingo para entregarem um saco de alimentos não perecíveis. Estas são as outras pessoas que, apesar dos riscos, permanecem na Ucrânia: cidadãos comuns que, por todo o país, se mobilizaram para ajudar na guerra e na ajuda humanitária. O número de voluntários para tudo e mais alguma coisa disparou na Ucrânia.

Há duas semanas, a Park Kulturi, de Eduard Shevchenko, era apenas mais um clube recreativo. Agora, com muitos grupos já mobilizados para ajudar, o Park Kulturi concentra os seus esforços num grupo demográfico que Shevchenko considerou estar a ficar esquecido: os reformados e os idosos de Odessa. Na tarde de domingo, Shevchenko e um colega, Maksim Gaida, entregaram alimentos a cinco famílias idosas, incluindo a de Churiliana. Mas, talvez mais importante do que os bens, ofereceram companhia.

“As pessoas querem ajudar de alguma forma, porque ficar em casa sem fazer nada deixa toda a gente louca”, diz Shevchenko.

Oleksandr Zaiarni, de 68 anos, nunca saiu de Odessa. Aqui nasceu, como a mãe e a sua avó. “Não há para onde ir, apenas Odessa”, diz.

“O meu pai morreu na II Guerra Mundial. A minha mulher morreu. Estou sozinho.”

O retrato a preto e branco da mulher – que morreu aos 33 anos – está pendurado na parede do apartamento que ele mesmo remodelou. Não tiveram filhos, Zaiarni não voltou a casar-se e passou a vida a ajudar outros a consertar as suas casas – este homem de pequena estatura anda com dificuldade, o preço de uma queda grave que deu há alguns anos, quando pintava uma igreja. A guerra é assustadora, diz Zaiarni. “[Mas] ainda não chegou a minha vez de morrer. Quero viver pelo menos mais alguns anos.”

Para Evgueni Petrov, de 75 anos, sair de Odessa é uma opção cara. Ainda trabalha, fabricando artigos de couro no seu sótão – malas, carteiras, estojos para armas. A mulher está no andar de baixo, na cama. Quase não anda e há anos que não sai de casa.

“Vamos embora e depois o que acontece? Morremos de fome ou vivemos à conta de alguém?”, pergunta Petrov. “Aqui ao menos temos essas pessoas que nos ajudam, e isso é o mais importante”, diz sobre os voluntários. “É certo que estão todos preocupados connosco, mas a verdade é que fora daqui ninguém precisa de nós.”

Petrov ouviu a mãe e a avó falarem da II Guerra. Eram histórias sobre bombardeamentos e sirenes de ataques aéreos. Uma parede do prédio onde mora ainda exhibe as cicatrizes dessas batalhas. “Apesar de ter acontecido apenas um ano antes de eu nascer, eram acontecimentos que pareciam muito distantes”, diz. “Agora temos de ver isto com os nossos próprios olhos.”

Embora Churiliana já não possa ver a fotografia do irmão, sabe exactamente onde está pendurada. O irmão usa o uniforme da II Guerra Mundial. Na mesma parede, há outra foto do mesmo irmão, também de farda, mas mais velho. Anna Churiliana nasceu nos Montes Urais russos e mudou-se depois para a Ucrânia com os irmãos. Sobreviveu a todos eles e agora vê o seu país natal, por quem o pai e o irmão combateram, atacar a sua casa. “Só estou à espera que os meus dias acabem”, diz, agora numa voz serena.

Exclusivo PÚBLICO/The Washington Post

Os irmãos

Da Ucrânia com amor



Adriano Miranda

O autocarro com militares está estacionado numa rua perto da igreja. Alguns comem. Imagino que o pequeno-almoço no quartel tenha sido madrugador. Uma bandeira da Ucrânia está enrolada num pau grosso e castanho. Fazem um compasso de espera. Chegará em breve o camarada. Ou dois camaradas. Ou três camaradas. Morto, ou mortos, na linha da frente. Será a hora da despedida. De homenagear com flores e lágrimas. São os novos heróis do país. Anónimos com bravura ou sem bravura.

Alinhados, os jovens militares comungam da oração. O que será uma bala? O que será um estilhaço? Como será a dor da pele a estalar e da carne a abrir? Qual o sentido desta guerra? Mas que guerra faz sentido? Fixo um jovem fardado e hirto. Tem consigo a bandeira que jurou defender. É parecido com o meu filho mais velho. Recordo o rosto do João. Recuso-me a imaginá-lo de arma em punho. Vestido de farda e colete à prova de bala. A matar para não morrer. O soldado do outro lado da trincheira também mata para não morrer. Afinal, são ambos soldados e juraram defender uma bandeira. Mas, antes do juramento, são filhos do ventre de mães felizes na hora do primeiro choro e na alegria do primeiro banho. Depois virão os vermes. Sentados em luxuosas cadeiras, com dedos grossos e cachuchos reluzentes. As mães terão de dar os seus filhos. Será o juramento da hipocrisia e da vergonha. Os vermes riem-se de prazer. Terão carne para se defender.

Militares mortos entrarão pela cidade com grande frequência. A cidade ganhará nova rotina. Haverá muitos pais sem filhos e muitos filhos sem pais. Nervos contidos. Impotência devastadora. A guerra continua. As vidas estão suspensas ou desfeitas. A dor tomou conta de tudo e de todos. É a luta de irmãos contra irmãos. De mães contra mães. No horizonte, não se deslumbra o mastro da bandeira branca. Ninguém tem imaginação suficiente para adivinhar o fim. A guerra não é um conto de fadas.

a destruir um carro com uma pessoa dentro que acabou por conseguir sair a tempo antes de ser esmagado. “Não poderia pensar que a Rússia fosse capaz disto. Matar civis é um crime”, diz Liubov. Mudar de vida de forma tão repentina é uma dificuldade acrescida para uma mãe e avó. “Gostava da minha casa, tudo estava bem”, lamenta.

As histórias repetem-se, mas as vidas são diferentes e irrepetíveis. Galya é uma mãe, mas está sozinha numa longa fila para a zona dos autocarros com destino à Polónia. Veio da Alemanha para ir buscar o filho, Igor, de seis anos, que vivia com o ex-marido em Zaporizhzhia. No início da invasão, o pai pedia que não se preocupasse e dizia que os combates não chegariam à cidade.

Não foi preciso muito tempo para que tudo mudasse. Recebeu um telefonema há dois dias e do outro lado ouviu: “Vem buscá-lo.” Galya não hesitou, mesmo sabendo que poderia correr o risco de perder o emprego por causa da ausência. “Não perguntei se podia vir cá.”

Outro receio que a atormenta é a forma como poderá regularizar a situação do filho na Alemanha, visto não ter a custódia da criança. Está na fila à espera de Igor, com quem já não está há cinco meses. Falou com ele nos últimos dias: “Ele diz que as sirenes o vão matar.”



Os habitantes chamam à cidade portuária do mar Negro ‘Mamá Odessa’, como se fosse uma matriarca que os protege

Resistência ucraniana

Armas enviadas não chegam para “fechar os céus” mas atrasam avanços russos

Sofia Lorena

Mais de 40 mil civis saíram de cidades sitiadas. De Mariupol, onde um hospital pediátrico foi atacado, voltou a ser impossível

Armas prometidas por mais de 20 países à Ucrânia atravessam todos os dias a fronteira e são usadas pelas forças ucranianas para, por exemplo, derrubar aeronaves russas. Mas isso não chega para “fechar os céus”, como uma zona de exclusão aérea poderia fazer (com todos os riscos de uma medida que teve pouco sucesso no passado), o apelo repetido ontem pelo Presidente ucraniano, Volodimir Zelenskii, ao denunciar o ataque contra uma maternidade e hospital pediátrico em Mariupol, no Sul do país.

“Há crianças debaixo dos escombros. Isto é uma atrocidade!”, lamentou Zelenskii numa publicação no Twitter, acompanhada por um vídeo onde é visível a destruição no complexo hospitalar da estratégica cidade portuária. “Fechem o céu agora!”, pediu, dias depois de ter desafiado os países ocidentais nos mesmos termos. “Se não têm força para fechar os céus, então deem-nos aviões.”

Segundo Pavlo Kirilenko, governador da região de Donetsk, 17 adultos, membros do pessoal hospitalar, ficaram feridos. “Não há nenhuma criança” entre os feridos e “nenhum morto”, esclareceu, em declarações à televisão ucraniana. É esta cidade de 430 mil pessoas que espera desde sábado a abertura de “corredores humanitários” seguros para ali fazer chegar bens essenciais em falta e retirar 200 mil civis. Mas no dia em que foi possível resgatar 40 mil pessoas de cidades sitiadas, as supostas passagens seguras para Mariupol terão continuado a ser atacadas.

O vice-presidente da câmara, Sergi Orlov, afirmou que a cidade permanece sob “contínuo bombardeamento russo” e que já foram mortas 1170 pessoas, incluindo as 47 enterradas durante o dia numa vala comum. “Eles estão a bombardear o corredor humanitário”, acusou. O ministro dos Negócios Estrangeiros ucraniano,

Dmitro Kuleba, diz que a Rússia mantém ali “reféns” mais de 400 mil pessoas. “Sem água, aquecimento, energia, gás, com os residentes a beber neve. É medieval”, descreve Orlov, citado por Luke Harding, enviado do Guardian.

Um dia depois de ter sido finalmente possível organizar um “corredor humanitário” e retirar 5000 pessoas de Sumi, no Nordeste, ontem foram resgatadas 40 mil de Enerhodar (no Centro, onde fica a central nuclear de Zaporizhzhia, atacada a semana passada), Irpin (subúrbio de Kiev) e Vorzel (50 quilómetros a noroeste da capital). Para além de Mariupol, falharam as passagens seguras anunciadas para Bucha e Demidova, na região de Kiev; e de Izium, na província de Kharkiv, leste do país.

Face aos crescentes ataques aéreos “indiscriminados e mortíferos” da Rússia, o Reino Unido vai enviar para a Ucrânia mais armas antitanques, assim como “mísseis antiaéreos portáteis de alta velocidade”, disse aos deputados britânicos o ministro da Defesa Ben Wallace. Nos dias que se seguiram ao início da invasão, a 24 de Fevereiro, os Estados Unidos, a NATO, vários países europeus e a própria União Europeia anunciaram o envio de armas, munições e todo o tipo de equipamento militar.

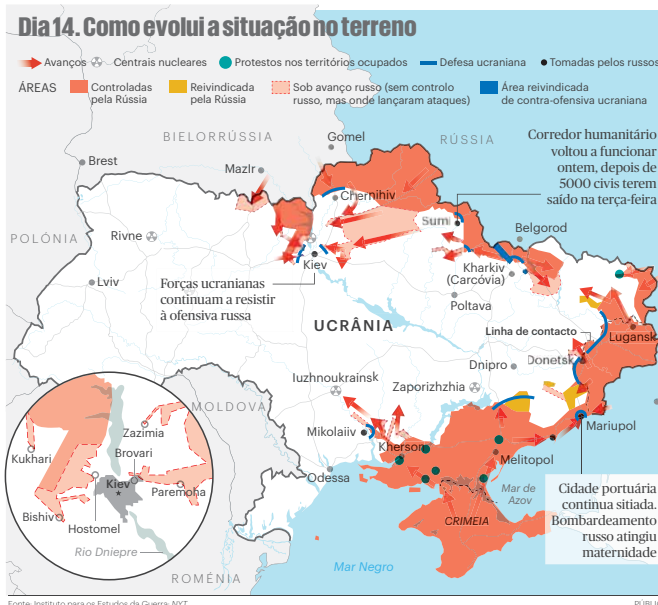
Na sexta-feira, vários jornalistas acompanharam o chefe do Estado-Maior norte-americano, general Mark Milley, numa visita a uma base “perto da fronteira com a Ucrânia” onde aterram “14 aviões por dia” e “um bailado se organiza para expedir discretamente as toneladas de assistência militar prometidas” à Ucrânia, escreveu o enviado da AFP. Estes jornalistas não puderam revelar a localização, mas outros que estão na Polónia, como os da rádio France Inter, descrevem de forma semelhante uma base perto de Jaroslaw, por onde “transitam mísseis antiaéreos, rockets antitanque, espingardas de assalto e munições”.

Segundo o Pentágono, até ao final da semana passada os EUA já tinham feito chegar à Ucrânia mais de dois terços das armas prometidas e as forças ucranianas estão a usá-las com “eficiência” para atrasar os avanços russos.

Ouvido pela BBC, Justin Bronk, do



Ataque ao hospital pediátrico de Mariupol fez 17 feridos



Fonte: Instituto para os Estudos da Guerra, NYT

Energia tem de ser reposta rapidamente, dizem peritos

Corte de electricidade tem riscos reduzidos de libertar radiação em Tchernobil

Clara Barata

Embora a Ucrânia tenha anunciado ontem que havia o risco de “libertação de substâncias radioactivas” na central nuclear desactivada de Tchernobil, depois de ter sido cortado o abastecimento de energia eléctrica, a Agência Internacional de Energia Atómica (IAEA, na sigla em inglês) assegurou que “neste caso não vê nenhum impacto crítico na segurança”. Mas o problema necessita de solução urgente: “Não há um risco imediato desde que se possa restaurar a electricidade rapidamente”, disse ao PÚBLICO Najmedin Meshkati, especialista na redução do risco de sistemas tecnológicos de grande escala, como centrais nucleares.

Em causa não estão os reactores, pois Tchernobil está desactivada. O reactor 4, que explodiu em 1986, está confinado por um sarcófago de betão e por uma outra estrutura, instalada em 2016 e que deve durar pelo menos 100 anos. A sua construção, no valor de 2100 milhões de euros, foi financiada pela União Europeia, através do Banco Europeu de Reconstrução e Desenvolvimento, explicou Meshkati, professor na Universidade da Califórnia do Sul (Estados Unidos), numa conversa através da Internet.

O alerta foi dado pelo ministro dos



Em causa está a piscina de combustível usado

Negócios Estrangeiros ucraniano, Dmitry Kuleba, em relação à piscina onde é refrigerado o combustível nuclear usado. Sem haver electricidade de vinda do exterior é preciso confiar nos geradores a diesel para manter a água das piscinas de refrigeração em circulação, disse o ministro, e em Tchernobil, ocupada pelas tropas russas desde o início da invasão da Ucrânia, só há diesel para os alimentar durante 48 horas. “Depois disto, os sistemas de refrigeração do combustível usado vão deixar de funcionar, tornando iminentes as fugas de

radiação”, afirmou Dmitry Kuleba.

Mas não há um risco imediato, nota Meshkati. “O combustível usado que está na piscina já não está muito quente, por isso não é preciso haver circulação constante de água”. A IAEA avançou que, “devido ao tempo que já se passou desde o acidente nuclear de Tchernobil, em 1986, a carga de calor da piscina de armazenamento do combustível nuclear usado e volume de água na piscina são suficientes para manter o arrefecimento, sem a necessidade de energia eléctrica”. Mas esta situação não se pode prolongar. “Claro que, se não tiver circulação nenhuma de água, o calor pode acumular-se”, sublinhou Meshkati.

“O calor vem do decaimento natural dos produtos de fissão nuclear, que foram produzidos no reactor. O período em que é necessário arrefecimento activo (através de bombas movidas por electricidade, diesel, vapor...) é de cinco a dez anos depois de o combustível ter sido retirado do reactor”, diz por seu lado Leon Cizelj, responsável da divisão de engenharia de reactores do Instituto Jožef Stefan, em Ljubljana, na Eslovénia.

Mas durante quanto tempo é que Tchernobil se pode manter em segurança sem electricidade? “Os geradores a diesel de emergência são enormes máquinas que produzem electri-

cidade, consomem muito combustível, são pouco fiáveis, e muito dados a problemas. Precisam do seu próprio sistema de arrefecimento – se não sobreaquecem, como aconteceu em Fukushima, e param de funcionar”, explica Meshkati.

Como o combustível nuclear que está em Tchernobil já teve tempo de dissipar energia, não se desenha um cenário tão grave como o da central japonesa, onde o sismo e tsunami de 2011 cortaram o fornecimento de energia. “Sem electricidade, a piscina do combustível usado em Fukushima ficou sem circulação de água, e esta começou a ferver por causa do calor. O vapor reagiu com o revestimento de zircónio da piscina e criou bolhas de hidrogénio que explodiram, espalhando radiação”, explica Meshkati.

“Em Tchernobil, no pior cenário, a radiação seria reduzida às imediações dos edifícios com o combustível usado. Fora da zona de exclusão seria negligenciável”, diz Cizelj.

Mas Meshkati deixa um alerta para a União Europeia sobre a situação de Tchernobil ocupada pelos russos: “Se a UE gastou tanto dinheiro a garantir a segurança do reactor 4, isso quer dizer que Tchernobil tem implicações de segurança críticas para todo o continente europeu. A UE devia mudar o seu paradigma e usar o seu peso neste assunto”, aconselha o cientista.

Apoio à Ucrânia

Congresso dos EUA prepara 14 mil milhões de dólares

Alexandre Martins

O Congresso dos Estados Unidos prepara-se para aprovar um orçamento especial de 14 mil milhões de dólares (13 mil milhões de euros) em “ajuda militar e humanitária” ao Governo da Ucrânia – um valor quase 30% acima dos dez mil milhões de dólares pedidos pelo Presidente norte-americano, Joe Biden, na semana passada.

O acordo entre as lideranças do Partido Democrata e do Partido Republicano, anunciado ontem, sinaliza uma rara união nas duas câmaras do Congresso, e serve de veículo para a resolução da crise fiscal no país, que se prolonga desde Outubro de 2021.

As verbas para a Ucrânia estão num bolo gigantesco de 1,5 biliões de dólares (trillions nos EUA, ou 1,4 milhões de milhões de euros), que inclui tam-

bém 15,6 mil milhões de dólares (14,6 mil milhões de euros) para a continuação do combate às consequências da pandemia de covid-19.

“Esta proposta chega num momento histórico”, disse o líder da maioria do Partido Democrata no Senado, Chuck Schumer. “A guerra na Europa levou o Congresso a concentrar as suas energias na aprovação de algo, e em pouco tempo.”

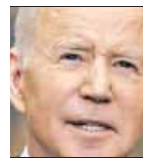
Após ser aprovada na Câmara dos Representantes, a proposta deverá ser votada pelo Senado amanhã. Depois disso, será enviada para a Casa Branca, para promulgação.

O que está em causa é uma proposta global de Orçamento dos EUA para 2022, que tem sido adiada desde Outubro de 2021. Por causa da incapacidade do Congresso para aprovar um Orçamento para 2022, as várias agências federais norte-americanas têm gerido os seus orçamentos, desde

Outubro de 2021, com os limites impostos em 2020, ainda durante a Administração Trump.

Além de os orçamentos das agências estarem desactualizados, a falta de um Orçamento global para 2022 impede que os investimentos mais recentes, como os que foram aprovados na lei da reforma das infra-estruturas, sejam postos em prática.

O Congresso norte-americano já adiou por três vezes uma crise orçamental, com a aprovação de autorizações temporárias – e sempre para a movimentação de orçamentos a níveis de 2020. A próxima data-limite



A proposta de verba a disponibilizar ultrapassa a que foi pedida por Joe Biden há uma semana

para o Congresso resolver de uma vez por todas as divergências fiscais (ou para aprovar uma nova autorização temporária) é amanhã.

Ao incluírem a ajuda à Ucrânia nas negociações do Orçamento, os líderes do Congresso pressionaram os congressistas dos seus partidos a deixarem de lado as divergências na utilização de outras verbas, o que abriu as portas a um acordo definitivo que escapava há cinco meses.

O aumento dos gastos com o sector militar – que será idêntico ao aumento na área dos apoios sociais – foi criticado pela ala progressista do Partido Democrata e elogiado pelo Partido Republicano. “[A proposta] desbloqueia ajuda de emergência aos nossos aliados que estão a resistir à agressão russa na Ucrânia, sem tirar um único dólar ao nosso orçamento para a Defesa”, sublinhou o senador republicano Richard Shelby.

Royal United Services Institute, diz que é possível confirmar o derrube de pelo menos 20 helicópteros e jactos russos, um número pequeno, mas que “mostra as dificuldades da Rússia para impor a supremacia nos céus”. Bronk explica que foi a capacidade da Ucrânia para manter alguns sistemas de defesa aérea da era soviética que forçou os russos a voar mais baixo, o que os torna vulneráveis aos mísseis de curto alcance fornecidos pelos países ocidentais.

Bronk, como outros analistas, faz notar que mais difícil do que fazer entrar armamento na Ucrânia pode ser distribuí-lo dentro do país. E não se sabe por quanto tempo Moscovo vai permitir que as rotas usadas funcionem. Marc Finaud, do Centro de Políticas de Segurança, de Genebra, diz que os russos já as poderiam ter interrompido. Não o fizeram para evitar a escalada que representaria “visar linhas de reabastecimento ocidentais”, disse à Deutsche Welle.

“Os aliados estão a ajudar a Ucrânia a garantir o seu direito à autodeterminação, reconhecido na Carta da ONU”, afirmou na terça-feira o secretário-geral da NATO, Jens Stoltenberg. “A Rússia é o agressor e a Ucrânia está a defender-se. Se houver algum ataque contra qualquer país da NATO, isso vai acionar o Artigo 5.º”, que consagra o compromisso com a defesa colectiva.

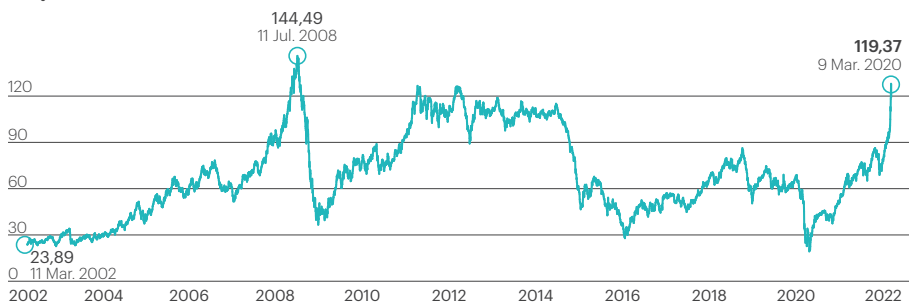
REUTERS



Sanção dos EUA à Rússia abre a porta a uma nova crise do petróleo

As sanções à Rússia estão a intensificar-se e já há quem admita uma crise do petróleo como aquela a que se assistiu na década de 1970. O novo patamar antecipado pelo mercado é de 200 dólares por barril

Preço do barril de Brent, em dólares, nos últimos 20 anos



Fonte: Reuters PÚBLICO

Rafaela Burd Relvas

Os EUA fecharam a porta à energia russa e, com isso, abriram outra. A medida em si terá pouco impacto directo sobre a Rússia, mas o efeito dominó deverá forçar uma reformulação do mercado global ou, no pior dos cenários, levar a uma crise do petróleo semelhante à que se assistiu na década de 1970, segundo os especialistas.

A medida foi anunciada na terça-feira pelo Presidente dos EUA, que garantiu que “não entrará mais petróleo russo nos portos norte-americanos”. O Reino Unido seguiu a deixa e anunciou que também irá cortar, gradualmente, as importações de petróleo à Rússia, já depois de o Canadá ter feito o mesmo. A dimensão destes mercados faz com que esta seja mais uma medida simbólica do que uma arma financeira. Os EUA, entre os três países em causa, são o maior cliente da Rússia – importam cerca de 200 mil barris por dia de petróleo aos russos, o equivalente a menos de 4% do total exportado pelo país liderado por Putin. Já uma decisão semelhante por parte da União Europeia poderia, de facto, penalizar as contas da Rússia, para a qual o mercado europeu representa mais de metade das exportações de petróleo.

E não há, para já, qualquer indício de que a Europa vá seguir pelo mesmo caminho, até porque a Rússia

fornece perto de 30% do petróleo consumido pelos europeus e não existe, ainda, uma alternativa imediata para substituir este fornecedor. Só que, na verdade, uma decisão por parte das autoridades europeias poderá até vir a ser irrelevante, tendo em conta que o próprio mercado já tomou a iniciativa de cortar relações com a Rússia. BP, ExxonMobil, Total Energies já anunciaram um ponto final em vários dos projectos desenvolvidos na Rússia.

A decisão de Joe Biden só deverá exponenciar este cenário, suscitando, entre os operadores, um ainda maior receio de fazer negócio com os russos. Veja-se o caso da Shell, que, na semana passada, comprou uma carga de petróleo russo com um desconto recorde, para, logo de seguida, pedir desculpa pela decisão e anunciar que irá interromper por completo a compra de quaisquer hidrocarbonetos à Rússia.

“Salvação” dos pequenos?

A decisão dos EUA vem abrir uma brecha no mercado, mas o panorama é, para já, de incerteza. Desde logo porque a Europa pouco tem feito, nas últimas décadas, para diversificar os seus mercados fornecedores.

O momento de viragem na Europa deveria ter acontecido a partir de 1973, quando os membros da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) declararam um embargo petrolífero a vários países

que consideravam ser apoiantes de Israel, levando os preços do petróleo a aumentarem mais de sete vezes num período inferior a um ano.

“Desde 1973 que se diz que é preciso diversificar as origens das matérias-primas, para que a Europa não estivesse tão dependente de petróleo e gás externos. E a Europa não fez coisa nenhuma”, resume José Caleia Rodrigues, especialista em geopolítica do petróleo, em conversa com o PÚBLICO.

E as alternativas, diz, existem. “A Europa tem petróleo disponível no mundo todo. A Venezuela, neste momento, praticamente não exporta, Angola pouco exporta, o Brasil também é uma opção e pode, facilmente, tornar-se um fornecedor da Europa. A saída da Rússia deste jogo pode ser a salvação de muitos outros países”, considera Caleia Rodrigues. O problema não é, assim, a escassez de matéria-prima, mas a falta de uma resposta já pronta para as necessidades imediatas da Europa. “O Brasil, por exemplo, não tem problemas de escassez, mas tem dificuldades técnicas, financeiras e mesmo falta de recursos humanos”, aponta.

A solução mais acessível para uma resposta no curto prazo passaria não pelos pequenos, mas pelos grandes produtores, como a Arábia Saudita, que tem capacidade instalada para produzir mais quatro milhões de barris por dia do que aqueles que produz actualmente. Mas têm faltado argu-

O mercado já tomou a iniciativa de cortar relações com a Rússia. BP, ExxonMobil, Total Energies — todas já anunciaram um ponto final em vários dos projectos desenvolvidos na Rússia



A Europa tem petróleo disponível no mundo todo. A Venezuela, hoje, praticamente não exporta, Angola pouco exporta, o Brasil também é uma opção

José Caleia Rodrigues
Especialista em geopolítica do petróleo

mentos para convencer estes grandes exportadores, como tem sido evidente nas últimas semanas. De acordo com o *Wall Street Journal*, as autoridades sauditas e dos Emirados Árabes Unidos têm recusado estabelecer contacto com Joe Biden, que, acreditam, procurará pressioná-las para aumentar a produção e aliviar os preços do petróleo. Aliás, ainda na semana passada, a Arábia Saudita já deixou claro qual será a sua posição nesta matéria, ao ter reafirmado o compromisso para com a Rússia (um dos membros do cartel alargado OPEP+) de aumentar a produção de petróleo em apenas 400 mil barris por dia a partir de Abril.

Alternativa ou colapso

É perante este cenário que o Ocidente, em particular a Europa, tem de se apressar a encontrar novos fornecedores de energia. A alternativa poderá ser o colapso do sistema económico, sublinham os observadores.

Há duas prioridades: os produtos energéticos geradores de electricidade e aqueles que se destinam à produção de combustíveis. Para os primeiros, existem as alternativas renováveis (como a energia hidroeléctrica) ou as nucleares e, nesses casos, o trabalho já está a ser feito. Ainda no mês passado, o Presidente francês, Emmanuel Macron, anunciou um plano para construir, até 2050, seis novos reactores nucleares.

É para o segundo grupo de produ-



Portugal

Novo modelo de supervisão dos combustíveis admite fixação temporária de preços máximos

Ana Brito

ERSE propõe introdução de custos de referência para as actividades da cadeia de valor dos combustíveis, como a refinação

A Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE) quer criar “de raiz” um modelo de supervisão para o sector petrolífero que calcule custos de referência para actividades da cadeia de valor como a refinação, a produção de biocombustíveis e a logística, e que garanta margens comerciais adequadas.

No fim da linha, ou seja, na comercialização nos 3108 postos de abastecimento ou 50 mil pontos de venda de gás engarrafado, a ERSE diz que a aplicação “de margens máximas aos retalhistas é de difícil implementação”, mas admite que determinadas situações poderão “justificar a implementação de regimes de preço máximo” (como sucedeu com o gás de petróleo liquefeito, ou GPL, o chamado “gás de botija”, durante os meses de pandemia).

“A constatação de um nível de concentração elevado, associado a ofertas comerciais muito coincidentes e desalinhas dos preços (antes de impostos) em mercados adjacentes, pode justificar a implementação de regimes de preço máximo”, lê-se na proposta.

Num momento em que os preços dos combustíveis apresentam uma subida sem precedentes, forçando o Governo a recorrer à redução de impostos para limitar o impacto do choque petrolífero no bolso dos portugueses, o regulador da energia propõe uma metodologia que começa a impor regras de funcionamento ao mercado na fase inicial da sua cadeia de valor – ou seja, na refinaria da Galp, em Sines – e que define quatro métricas de avaliação do seu comportamento.

Estas métricas permitirão aferir ao longo do tempo, “de forma clara e abrangente, o grau de funcionamento” do mercado dos combustíveis: passam pela avaliação dos níveis de concentração (quotas) dos mercados grossista e retalhista, a diversidade das ofertas praticadas pelos diversos operadores (considerando o desvio padrão dos PVP [preços de venda ao público] médios diários praticados no mercado retalhista nos últimos três meses) e a forma como os PVP “seguem as tendências observadas

nos mercados internacionais, através da correlação entre os PVP e as cotações internacionais da *commodity* [o produto petrolífero em causa]”.

O mercado será “tanto mais funcional e concorrencial, quanto mais critérios forem cumpridos”, explica a ERSE.

Se, pelo contrário, se constatar que existem “irregularidades”, a ERSE irá primeiro “avaliar isoladamente cada elo da cadeia de valor, de acordo com as actividades e as metodologias” de custos de referência, “incluindo os respectivos intervalos de ‘margens comerciais’ definidos para cada uma”.

Caso não se encontrem anomalias nas actividades a montante do retalho, “poderá afigurar-se razoável propor um preço máximo de venda ao público, para os combustíveis simples e/ou garrafas de GPL que apresentem irregularidades no funcionamento do respectivo mercado”, acrescenta o regulador.

Esta metodologia permitirá dar resposta à Lei n.º 69-A/2021, que introduziu a hipótese de se fixarem margens máximas em “qualquer uma das componentes comerciais que formam o preço de venda ao público” dos combustíveis líquidos (gasolina, gasóleo e GPL Auto) e gás de petróleo liquefeito (GPL, o gás de botija).

Contudo, parte de uma abordagem diferente, definindo primeiro os custos de referência para a refinação, produção nacional de biodiesel e logística primária (o armazenamento,

expedição por oleoduto, enchimento de camiões cisterna de combustíveis líquidos e de GPL, e enchimento de garrafas de GPL).

As margens comerciais (um intervalo de valores que ainda terá de ser quantificado) serão depois “definidas como uma fracção dos custos de referência” que se vierem a calcular e o regulador “tomará como boa prática”, um mercado que “pratique preços que reflectam os custos de referência dentro das ‘margens comerciais’ máximas estabelecidas”.

A ERSE nota ainda que “uma distorção no funcionamento do mercado pode suscitar uma actuação numa

das actividades da cadeia prévias ao retalho, sem que tal resulte num preço máximo de venda ao público”, e que a lei também prevê que a limitação de preços ou margens deve ser temporária.

Além disso, não se deve “esmagar o mercado através de um regime de preços estabelecido administrativamente e artificialmente baixo” que desincentive o investimento e diminua o número de operadores, com prejuízo para os consumidores, sublinha o regulador.

Há uma parte significativa do preço dos combustíveis que nenhum dos operadores em Portugal controla, que é o valor do crude e dos refinados nos mercados internacionais. Assim, Galp, BP, Repsol, Cepsa e Prio são meros “tomadores de preços” destes produtos importados.

Coisa diferente é a actividade de refinação, uma vez que o custo dos produtos que saem da única refinaria do país é “uma das principais componentes do preço de venda ao público, antes de impostos”.

Apesar de esta actividade ser exercida em regime de concorrência, há “limitações evidentes à importação de derivados do petróleo” (já que os grandes grupos também controlam o armazenamento e transporte) e que isso favorece um contexto “de forte concentração”. É esse contexto “que sugere uma supervisão atenta da actividade de refinação” e a introdução de custos de referência, salienta o regulador.

“Poderá afigurar-se razoável propor um preço máximo de venda ao público, para os combustíveis simples e/ou garrafas de GPL”

Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos

tos que o desafio é maior, pela falta de resposta imediata disponível. E isso poderá ter um impacto muito para lá da subida dos preços dos combustíveis. Ontem, o ministro da Economia francês, Bruno Le Maire, admitiu que não seria um “exagero dizer que a crise actual é equivalente à que enfrentámos em 1973”, uma posição, de resto, já partilhada por várias casas de investimento.

Os receios quanto a esse risco agravam-se numa altura em que é evidente a escalada dos preços do petróleo, motivada já não tanto pela falta de oferta (como se assistiu no momento da reabertura da economia após os confinamentos impostos pela pandemia, em que não houve oferta suficiente para dar resposta ao pico de procura), mas, sobretudo, pelo cenário de guerra, que gera o pânico nos mercados, cria estrangulamentos de transporte e dificulta os fluxos de capital.

Por esta altura, o barril de Brent, que serve de referência para o mercado europeu, negocia na casa dos 110 dólares, mas já ultrapassou os 130 dólares desde que a Rússia invadiu a Ucrânia, e vários analistas apontam para que possa ultrapassar os 200 dólares se a guerra se prolongar.

Nesse cenário, todo o sistema económico será afectado: a começar pelos transportes e, por arrasto, todos os produtos comercializados a nível internacional, seja por que via for.



Existem 3108 postos de abastecimento de combustíveis em Portugal



MAXIM SHEMETOV/REUTERS

PAULO PIMENTA

ta é 2% do PIB

“Investimento na Defesa gera cada vez mais retorno na economia” portuguesa

Gomes Cravinho Ministro da Defesa admite aumento do orçamento já em 2022 e garante que Portugal pode empenhar mais efectivos na Europa



Hora da Verdade

Helena Pereira e Susana Madureira Martins (Renascença)
 Texto **Daniel Rocha** Fotografia

O ministro da Defesa, João Gomes Cravinho, não tem dúvidas de que Portugal, a Europa e a NATO devem reforçar o seu investimento em Defesa face à guerra na Ucrânia. Quantos aos 174 militares que estão prontos para partir para a Roménia no final do mês ou início de Abril, admite que esse número venha ainda a aumentar, bem como os meios aéreos e navais. **Disse há dias “acreditar num fundo de racionalidade na liderança russa”. Ainda consegue repetir o mesmo?** A guerra não está a correr de acordo com os planos [de Putin] e, portanto, sentiui-se logo uma desorientação nos primeiros dias, e continuamos a sentir. Acreditamos que os planos estão a ser concebidos à medida que os dias vão avançando. Continuamos por descortinar o fundo de racionalidade. Esta aventura é uma aventura que Putin está condenado a perder. Mesmo que tenha sucesso no campo de batalha, não terá capacidade para manter a Ucrânia sob o seu controlo. A prazo, isto é uma

situação absolutamente desastrosa. **Por causa das sanções?** As sanções têm um impacto muito mais significativo sobre a economia russa do que a maior parte dos comentadores imaginava. Isso fará com que as próprias pessoas pensem se a liderança de Putin está a ser prudente e inteligente. Mas mesmo no campo militar, há enormes dificuldades e tenderão a aumentar com o tempo na medida em que as reservas militares russas são de segundo nível. Putin será obrigado a pôr em campo cada vez mais militares recrutados e não profissionais e, obviamente, isso origina um desgaste militar muito grande. A situação vai correr muito mal para a Rússia do ponto de vista político, económico e militar. **É a favor de um estatuto especial para a Ucrânia na União Europeia?** A entrada na UE é um processo moroso e complexo pela virtude daquilo que significa e, portanto, não vejo que seja possível com uma simples alteração de designação ultrapassar as imensas complexidades técnicas de um processo de adesão. Isto para não falar do óbvio: requer unanimidade dos 27 Estados-membros e estamos muito longe de ter essa unanimidade.

“Disponível” para continuar na Defesa ou transitar para MNE

O rebotar de uma guerra pode fazer com que se mantenha na pasta da Defesa? Ou mantém a vontade de transitar para o Ministério dos Negócios Estrangeiros? Há uma pessoa que toma decisões sobre essa matéria que é o primeiro-ministro, no momento em que entender. Quanto a esta conjuntura em que vivemos, temos Forças Armadas muito organizadas e que permitem ter toda a confiança na continuidade de quem quer que seja o ministro. **Neste cargo, sente que tem uma folha de serviço impecável?** O trabalho que tem vindo a ser feito ao longo destes anos é um trabalho que terá continuidade. Estou muito confiante nisso por conhecer bem aquilo que é o programa eleitoral do PS. **Em relação ao seu futuro político, gostaria de se manter neste posto ou gostava de ir para outros cargos?** Estou disponível para aquilo que o primeiro-ministro entender. **Vê que o Presidente da República possa ser uma força de bloqueio ao seu nome em cargos futuros no Governo?**

Não, de forma alguma. O Presidente exerce as suas funções de uma forma muito coordenada com o Governo. Quando está de acordo, diz que está de acordo. Quando não está de acordo, fala com o primeiro-ministro sobre a matéria. Tudo isto tem uma grande naturalidade e correcção institucional. Não passa por qualquer tipo de reflexão sobre nomes de indivíduos que devem estar aqui ou ali. **Mas houve atrito manifesto aquando da nomeação do almirante Gouveia e Melo para chefe de Estado-Maior da Armada.** O Presidente esclareceu na altura de forma inequívoca aquilo que aconteceu. Houve efectivamente falhas de comunicação. Foram corrigidas e o Governo e o Presidente fizeram a concertação necessária. **Como viu agora o veto do Presidente ao número dois da Armada?** Os lugares cimeiros nas Forças Armadas são objecto de consulta com o Presidente. Aquilo que é a opinião do Presidente tem grande peso.

O Presidente Zelenskii já assumiu que a NATO não está preparada para integrar já a Ucrânia. Este recuo traz vantagens para as negociações com a Rússia? Em 2008, discutiu-se a possível adesão da Ucrânia e da Geórgia e decidiu-se que não havia condições para aderirem e desde então não se tem discutido. Ao falar da possível adesão da Ucrânia à NATO, Putin criou uma ideia que é completamente fantástica e com base nisso justifica o injustificável. O pretexto nunca foi real. Foi uma manobra de propaganda. **Quantos militares Portugal pode mandar para a Roménia? São 174 efectivos da companhia de atiradores mecanizada? Este número pode aumentar?** É possível. Estamos numa situação muito dinâmica e vamos acompanhando os pedidos que vão sendo feitos. Neste momento, é essa companhia que está decidida e que irá para o Sul da Roménia. O objectivo é dissuasor, é dizer à Rússia “atenção, os países da NATO têm capacidade de reacção e o melhor é não pensar em qualquer tipo de incursão num país da NATO”. Portugal é um aliado solidário e vamos ver, à medida que aparecerem, os novos pedidos de apoio. **Há material militar português**

OE2022 será apresentado pelo próximo Governo e será um orçamento para seis meses. No que toca a 2022, vamos ter de fazer uns ajustes. Já cancelámos algumas despesas e alguns exercícios, gerando poupanças que permitam o novo empenhamento de forças. Quando o OE2022 for apresentado, daqui a mês e meio ou dois meses, provavelmente terá de haver um ajustamento. **De que ajustamento estamos propriamente a falar? Pode falar em números?**

Não, nem sequer se será necessário o ajustamento. Acredito que provavelmente será, mas mais pequeno. Agora para 2023, a situação é diferente. O ano 2022 é de revisão da LPM, que tem uma vigência de 12 anos, mas é revista a cada quatro. Creio que esta situação [de guerra na Ucrânia] terá de se reflectir nos investimentos para as Forças Armadas em 2023 e anos subsequentes.

Podemos chegar ao objectivo de gastar 2% do PIB em Defesa? O que está previsto é chegarmos a 1,68% em 2024. Vamos ver se as circunstâncias nos permitem.

Depois do anúncio da Alemanha de que vai gastar 2% do PIB, isso não representa uma grande pressão para os outros países europeus?

O anúncio da Alemanha altera de facto o panorama geoestratégico na Europa. Altera também a forma como olhamos para as despesas militares e o contributo que cada país pode dar na UE e na NATO. Admito que seja um gesto de natureza transformativa. Há outros países que já o anunciaram, como a Dinamarca e os países Bálticos.

Portugal deve acompanhar no futuro esse aumento para 2%? Vai haver uma cimeira da NATO em Junho e penso que esse é o momento adequado para Portugal fazer anúncios de médio

e longo prazo se isso não for já feito no programa do próximo Governo. O nosso objectivo de 1,68% do PIB até 2024 terá de ser repensado, senão para 2024, para os anos subsequentes. Obviamente que, quando aumenta a insegurança, tem de aumentar o investimento em segurança.

Seria favorável a um Exército único europeu?

Mais investimento e cooperação, sim. O termo “Exército comum” implica algo que não consideramos apropriado – uma especialização, em que o país A fica com forças de infantaria, o país B desenvolve a sua Força Aérea. Isso não faz sentido. Faz sentido uma concertação cada vez mais intensa, uma interoperabilidade das nossas forças com as outras [forças].

Se Portugal aumentar para 2% do PIB a despesa com Defesa, isso significa que pode ser mais de metade do orçamento do Ministério da Educação. A opinião pública portuguesa está preparada para o aceitar?

Não fiz essas contas. Primeiro, é um investimento necessário para a nossa segurança. Segundo, as nossas indústrias de Defesa são cada vez mais relevantes e cada vez mais capazes. Uma parte significativa do investimento em Defesa é investimento feito na nossa economia, desde logo, nos salários para os nossos militares e, para além disso, em todo o trabalho de aprontamento de forças e nas indústrias da Defesa, entre as quais as OGMA (Indústria Aeronáutica de Portugal) e o Alfeite.

Parafraseando o PCP, está a dizer que podemos ganhar dinheiro com a guerra?

Não. Seria magnífico viver num mundo em que não há nenhuma necessidade de termos Forças Armadas, mas esse mundo não existe. Sendo assim, vamos ver de que forma o nosso investimento em Defesa pode também gerar retorno para a nossa economia. Cada vez mais, vai gerando retorno. As indústrias de Defesa são aquelas que estão na vanguarda da tecnologia. Empregam pessoas altamente qualificadas, são geradoras de exportações, pode ser benéfico para a nossa economia ter maior investimento em indústrias de Defesa, e uma das coisas que temos procurado fazer ao longo destes anos é estimular o melhor desenvolvimento das indústrias de Defesa. O investimento também tem retorno para a economia, não pode ser visto apenas como dinheiro que é gasto e que já não pode ser gasto noutra sítio porque tem efeitos multiplicadores.

Apoio a refugiados

Governo lança plataforma Portugal for Ukraine. SEF aceitou 4039 pedidos de protecção

Joana Gorjão Henriques

Desde que há duas semanas começou a invasão russa à Ucrânia, todos os dias surgem notícias com novos apoios em Portugal a refugiados: autarquias que se disponibilizam a resgatar pessoas levando autocarros, gente da sociedade civil que oferece casa, apoios governamentais à legalização, à saúde e ao emprego.

São dezenas as acções anunciadas. Para juntar todas essas respostas, o Governo acaba de lançar a plataforma Portugal for Ukraine, disponível no endereço PortugalforUkraine.gov.pt, que congrega “todas as respostas e acções em curso, tendo em vista o apoio a pessoas deslocadas da Ucrânia, dentro e fora de Portugal”. Do envio de apoio humanitário à “integração e acolhimento”, são várias as informações disponíveis, numa espécie de manual que tem contactos que disponibilizam apoio para quem vem para Portugal no que respeita ao transporte, documentação, emprego e formação, educação, saúde e habitação.

Dados mais recentes do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras mostram que já foram aceites 4039 pedidos de protecção por causa da guerra, a maioria de ucranianos.

A plataforma inclui ainda questões para quem quer apoiar quem foge da

guerra nas várias áreas, da habitação ao emprego.

Sai da Ucrânia e preciso de transporte para vir para Portugal, quem devo contactar? Cheguei a Portugal sem recursos e ainda não tenho emprego, não tenho meios para pagar habitação, onde posso solicitar apoio? A que cuidados de saúde tenho direito? Tenho alojamento disponível e quero disponibilizar apoio, quem devo contactar? Preciso de inscrever os meus filhos na escola, é possível fazê-lo de imediato?

Estas são algumas das várias questões da secção de perguntas frequentes – muitas delas dão resposta ou reenviam para o email de contacto: sosucrania@acm.gov.pt. Estão divididas em capítulos: saída da Ucrânia; documentação – título de protecção temporária; emprego; aprendizagem da língua portuguesa; saúde; alojamento/habitação; apoio social; educação; voluntariado; tradução.

O comunicado informa que a plataforma vai permitir a consulta das várias iniciativas do Governo com responsabilidade na área de “acolhimento e integração”. Por enquanto, ainda só está disponível em português e inglês, mas deverá, “nos próximos dias”, “existir igualmente uma versão em ucraniano”.

Da sociedade civil surgiu logo dias após o início da guerra a plataforma We Help Ukraine, que faz matching entre procura e oferta de ajudas.

que foi disponibilizado à Ucrânia. Como é que esse material está a chegar lá?

São capacetes, colete antibala, espingardas, granadas de morteiro. Parte já foi. Sobre a entrega, é uma questão que os russos também têm muita curiosidade em saber e por isso preferia não aprofundar.

Para além disso, estão a ser treinados militares para a NATO Response Force. Fala-se em 1521 militares.

Sim, a NRF é uma força de resposta com vários níveis de prontidão e Portugal faz parte, este ano, da força de maior prontidão. Temos 1049 militares da Marinha, Exército e Força Aérea disponíveis para ir num futuro muito próximo. Estão com uma prontidão de cinco dias. Depois, há um segundo nível, que a partir de dia 12 de Março estará a sete dias de prontidão e que envolve uma segunda fragata, um submarino, meios mais substanciais. Temos seis F16 no primeiro grupo e mais três no segundo grupo. Temos as nossas Forças Armadas num estado de elevada prontidão. Esperamos que não seja necessário empenhar essas forças.

Já refez o orçamento da Defesa para 2022? Porque vai ter de ser revisto, não é?

Estamos num regime muito especial, de duodécimos. O



Putin não terá capacidade para manter a Ucrânia sob seu controlo

Já cancelámos algumas despesas e alguns exercícios [do primeiro semestre]

Conselho Europeu

O desafio dos líderes em Versalhes é aproximar a Ucrânia da União Europeia sem falar de adesão

Rita Siza, Bruxelas

Como pode a UE reduzir a dependência energética, fortalecer a sua defesa e a sua economia para resistir às crises do futuro?

Algumas horas antes do Presidente da França, Emmanuel Macron, se perfilar à porta do Palácio de Versalhes para a procissão de cumprimentos à chegada dos chefes de Estado e de Governo da União Europeia para uma reunião informal do Conselho Europeu, as delegações nacionais ainda se esforçavam para encontrar a linguagem “mais adequada” para a resposta ao pedido de adesão apresentado pela Ucrânia – que não ficará registada na Declaração de Versalhes, que abordará os temas oficiais da cimeira, defesa, energia e investimento, mas sim num texto anexo, que fará um resumo da reflexão dos líderes sobre os possíveis impactos da agressão militar da Rússia sobre a economia e a segurança da Europa, e a nível global.

O Presidente Volodimir Zelenskii fez subir a pressão sobre os 27, exigindo um forte sinal político de apoio na forma de um procedimento simplificado e expedito para a apreciação do pedido de adesão da Ucrânia, que nas suas palavras está em guerra para defender a sua soberania e independência, e também para proteger os valores europeus. O apelo do líder ucraniano emocionou os membros do Parlamento Europeu, e principalmente a opinião pública europeia, que chocada com as imagens dos bombardeamentos russos sobre prédios, escolas, fábricas e hospitais, se manifesta a favor de uma via verde que garanta a integração da Ucrânia na família europeia.

Os líderes europeus estão numa posição difícil. A política de alargamento é uma das mais sensíveis da UE: é uma questão existencial para todos os Estados-membros e para todos os líderes, que têm percepções e opiniões diferentes, e por vezes opostas, sobre a “oportunidade” de convidar novos membros, quando ainda se estão a resolver alguns problemas relacionados com a última expansão do clube. Cada vez que a questão se coloca, logo se recuperam ideias de uma Europa a duas velocidades, de geometria variável, de vários círculos concêntricos... Mas não é de nada disso que Zelenskii fala



O Presidente francês, Emmanuel Macron, e o primeiro-ministro neerlandês, Mark Rutte

O texto anexo sobre a Ucrânia recupera a promessa da “perspectiva europeia”, e dá conta do compromisso dos 27 em fortalecer os laços e aprofundar as parcerias entre Bruxelas e Kiev

quando diz que o seu país quer ser “um entre iguais”.

Com a mesa do Conselho Europeu dividida sobre a questão formal – “vamos ter metade da sala a exigir que a apreciação do pedido da Ucrânia se faça com a máxima urgência, e vamos ter outra metade a aconselhar a máxima cautela e ponderação, antes de se assumir uma posição”, antecipava uma fonte europeia –, os líderes deverão concentrar-se no conteúdo, relativamente ao qual há unidade e consenso entre os 27, de

“forte condenação da Rússia”, de “total solidariedade com o povo ucraniano” e de “apoio absoluto” ao Governo de Volodimir Zelenskii.

Era precisamente a linguagem que melhor transmitisse a mensagem que ainda estava a ser aprimorada antes do início da cimeira. Para já, e segundo o PÚBLICO apurou, o texto anexo sobre a Ucrânia (os líderes vão deixar para mais tarde os pedidos de adesão entregues pela Geórgia e a República da Moldova à boleia da demanda de Kiev) recupera a promessa da “perspectiva europeia”, e dá conta do compromisso dos 27 em fortalecer os laços e aprofundar as parcerias entre Bruxelas e Kiev.

“Ainda estamos a inventar a formulação mais adequada para mostrar com toda a clareza que queremos trazer a Ucrânia o mais próximo possível de nós”, revelou um diplomata europeu. Para já, no rascunho ainda incompleto, não há nenhuma referência explícita ao Artigo 49.º do Tratado da UE, relativo à adesão – como argumentou o mesmo responsável, “cingir a discussão sobre a perspectiva europeia à questão do alargamento seria incrivelmente redutor”. A obtenção do estatuto de candidato “não pode ser o princípio e o fim de todas as coisas”, considerava o diplomata, que recusava colocar a discussão no plano da “adesão

ou nada”, e destacava que “tudo o que a UE fez até agora para apoiar a Ucrânia foi verdadeiramente revolucionário”, tanto no aspecto material, como no plano simbólico.

“Debates ideológicos são inúteis e não resolvem nenhum dos problemas que a Ucrânia enfrenta neste momento”, concordava outra fonte de Bruxelas, antecipando que a discussão entre os chefes de Estado e Governo em Versalhes seria muito mais “pragmática”, ligada às medidas que ainda podem ser tomadas para aumentar a pressão sobre a Rússia, e também às acções que podem (e devem) ser desenvolvidas para o apoio político, financeiro, militar e humanitário à Ucrânia, e o acolhimento dos milhões de deslocados pela guerra que buscam refúgio na UE.

Portugal e as interconexões

Apesar de todas as atenções estarem concentradas na situação no terreno na Ucrânia, a discussão entre os líderes vai tocar noutros tópicos, que têm que ver com a “narrativa” de recuperação da crise pandémica que a UE vinha desenvolvendo desde que a situação sanitária deixou de ser alarmante, e que não deixam de ser prementes (e se calhar até mais) no actual contexto de guerra.

No seu habitual convite aos líde-

res, o presidente do Conselho Europeu, Charles Michel, colocou três pontos na ordem de trabalhos: o fortalecimento das capacidades de defesa da UE, a redução das suas dependências energéticas e a construção de uma base económica mais robusta, isto é, um novo modelo para o crescimento e investimento e também, por arrasto, para a cooperação e governação económica do bloco.

Tratando-se de uma cimeira informal, sem a adopção de conclusões, o debate entre os 27 será uma espécie de rampa de lançamento para as decisões formais que deverão ser tomadas em duas semanas, na reunião do Conselho Europeu de 24 e 25 de Março, em Bruxelas, sobretudo no que tem que ver com a defesa e a energia.

Em relação ao primeiro ponto, a guerra na Ucrânia já provocou uma mudança política histórica, que não deixará de ficar reflectida na Declaração de Versalhes, onde os 27 confirmarão a sua intenção em “reforçar significativamente os investimentos em capacidades de defesa e tecnologias inovadoras”. Ao contrário do que aconteceu na NATO, não se espera que seja fixada uma meta quantitativa para as despesas nacionais em defesa.

Quanto à energia, a declaração menciona a “necessidade de reduzir a dependência das importações russas de gás, petróleo e carvão” e de acelerar o processo de transição para as energias renováveis. O texto para já é parco em detalhes, mas o PÚBLICO sabe que Portugal fará questão que seja incluída uma referência à construção das interconexões que permitirão distribuir o GNL que chega a Sines, ou o futuro hidrogénio verde que aí vai ser produzido, até ao centro da Europa.

Quanto à economia, a Declaração de Versalhes reconhece que as novas regras orçamentais da UE devem “ter em conta as necessidades de investimento público” para responder à situação geopolítica e promover a dupla transição ecológica e digital. Fontes europeias garantiram, porém, que “ninguém está a falar” em financiar estes investimentos através de novas emissões de dívida conjunta. “A UE já tem um fundo de recuperação, criado para responder às consequências da covid-19, e que pode ser alterado para enfrentar as consequências da guerra”, disse uma fonte europeia. “Espera-se que não seja necessário”, acrescentou.

SARAH MEYSSONNIER/REUTERS

Para uma autocrítica da Europa

Opinião



Boaventura de Sousa Santos

Porque não soube tratar das causas da crise da Ucrânia, a Europa está condenada a tratar das suas consequências. A poeira da tragédia está longe de ter poissado, mas mesmo assim somos forçados a concluir que os líderes europeus não estavam nem estão à altura da situação que vivemos. Ficarão na história como as lideranças mais mediocres que a Europa teve desde o fim da Segunda Guerra Mundial. Esmeram-se agora na ajuda humanitária, e o mérito do esforço não pode ser questionado. Mas fazem-no para salvar a face ante o escândalo maior deste tempo. Governam povos que nos últimos setenta anos mais se manifestaram contra a guerra em qualquer parte do mundo. E não foram capazes de os defender da guerra que, pelo menos desde 2014, germinava dentro de casa. As democracias europeias acabam de provar que governam sem o povo.

Esta guerra estava a ser preparada há muito tempo tanto pela Rússia como pelos EUA. No caso da Rússia, é notória a acumulação de imensas reservas de ouro nos últimos anos e a prioridade dada à parceria estratégica com a China, nomeadamente no plano financeiro, com vista à fusão bancária e à criação de uma nova moeda internacional, e no plano de trocas comerciais onde são enormes as possibilidades de expansão com a nova Rota da Seda, conhecida como Belt and Road Initiative, por toda a Eurásia.

Nas relações com os parceiros europeus, a Rússia revelou-se um parceiro credível, ao mesmo tempo que foi tornando claras as suas preocupações de segurança. Preocupações legítimas, se por um momento pensarmos que no mundo das superpotências não há bons nem maus, há interesses estratégicos que devem ser acomodados. Foi assim na crise dos mísseis de 1962 com a linha vermelha posta pelos EUA a não querer mísseis de médio alcance instalados a 70 km da sua fronteira. Não se pense que foi apenas a União Soviética a ceder. Os EUA também desistiram dos mísseis de médio alcance que tinham na Turquia. Cedência recíproca,

acomodação, acordo duradouro. Porque não foi possível o mesmo no caso da Ucrânia? Vejamos a preparação do lado dos EUA.

Os EUA buscam consolidar zonas de influência a todo o custo, que garantam facilidades comerciais para as suas empresas e o acesso às matérias-primas. A política do *regime change* não visa criar democracias, apenas governos fiéis aos interesses dos EUA. Não foram Estados democráticos que emergiram das sangrentas intervenções no Vietname, Afeganistão, Iraque, Síria, Líbia. Não foi para promover a democracia que incentivaram golpes que depuseram presidentes democraticamente eleitos nas Honduras (2009), no Paraguai (2012), no Brasil (2016), na Bolívia (2019), para não falar do golpe de 2014 na Ucrânia. No caso da Europa, a estratégia dos EUA tem dois pilares: provocar a Rússia e neutralizar a Europa.

A Rand Corporation, conhecida organização de estudos estratégicos, publicou em 2019 um relatório elaborado a pedido do Pentágono, intitulado *Extending Russia*. Nele se analisa como provocar países de modo a que a provocação possa ser explorada pelos EUA. No que respeita à Rússia, lê-se: "Analisamos uma série de medidas não violentas capazes de explorar as reais vulnerabilidades e ansiedades da Rússia como meio de pressionar o Exército e a economia da Rússia e o estatuto político do regime no país e no estrangeiro. Os passos que

analisamos não teriam a defesa ou a dissuasão como objectivo principal, embora pudessem contribuir para ambas. Pelo contrário, tais passos são pensados como elementos de uma campanha concebida para desestabilizar o adversário, forçando a Rússia a competir em campos ou regiões onde os Estados Unidos têm vantagem competitiva, levando a Rússia a expandir-se militar ou economicamente, ou levando o regime a perder prestígio e influência nacional e/ou internacionalmente."

É preciso saber mais para perceber o que se está a passar na Ucrânia? A Rússia provocada a expandir-se para depois ser criticada por fazê-lo. A expansão da NATO para leste, contra o que tinha sido acordado com Gorbatchov em 1990, foi a peça-chave inicial da provocação. A violação dos acordos de Minsk foi outra peça. Note-se que a Rússia começou por não apoiar a reivindicação da independência de Donetsk e Lugansk depois do golpe de 2014. Preferiu uma forte autonomia dentro da Ucrânia, como está estabelecido nos acordos de Minsk. Estes acordos foram rasgados pela Ucrânia com o apoio dos EUA, não pela Rússia.

Quanto à Europa, o princípio é consolidar a condição de parceiro menor que não se aventure a perturbar a política das zonas de influência. A Europa tem de ser um parceiro fiável, mas não pode esperar reciprocidade. É por isso que a UE, para surpresa ignorante

dos seus líderes, foi excluída do AUKUS, o tratado de segurança para a região do Índico e do Pacífico.

A estratégia do parceiro menor exige que se aprofunde a dependência europeia, não só no plano militar (já garantido pela NATO) mas também no plano económico, nomeadamente no plano energético. A política externa (e a democracia) dos EUA é dominada por três oligarquias (não há apenas oligarcas na Rússia e na Ucrânia): o complexo militar-industrial; o complexo do gás, petróleo e mineração; e o complexo bancário-imobiliário. Estes complexos têm lucros fabulosos graças às chamadas rendas de monopólio, situações privilegiadas de mercado que lhes



As negociações de paz deviam ser entre a Rússia e EUA/NATO/UE. Alguém se lembrou de chamar Fidel Castro para as negociações da crise dos mísseis de 1962?

MAXIM GUCHEV/EPA



permitam inflacionar os preços. Os seus objectivos são manter o mundo em guerra e criar maior dependência dos fornecimentos norte-americanos, sobretudo de armas. A dependência energética da Europa em relação à Rússia era algo inaceitável. Do ponto de vista da Europa, não se tratava de dependência, tratava-se de racionalidade económica e de diversidade de parceiros. Com a invasão da Ucrânia e as sanções, tudo se consumou como previsto, e a imediata valorização das cotações das acções dos três complexos tinham o champanhe à sua espera. Uma Europa medíocre, ignorante e sem visão estratégica cai desamparada nas mãos destes complexos, que agora lhe vão falar dos preços a cobrar.

A Europa empobrece e desestabiliza-se por não ter tido líderes à altura do momento. Ainda por cima, apressa-se a armar nazis. Nem se recorda de que, em Dezembro de 2021, a Assembleia Geral da ONU aprovou, por proposta russa, uma resolução contra a "glorificação do nazismo, neonazismo". Dois países votaram contra, EUA e Ucrânia.

As negociações de paz em curso são um equívoco. Não faz sentido serem entre a Rússia e a Ucrânia. Deviam ser entre a Rússia e EUA/NATO/União Europeia. A crise dos mísseis de 1962 foi resolvida entre a URSS e os EUA. Alguém se lembrou de chamar Fidel Castro para as negociações? É cruel ilusão pensar que haverá paz duradoura na Europa sem cedências do lado ocidental. A Ucrânia, cuja independência todos queremos, não deve entrar para a NATO. A NATO foi até agora necessária à Finlândia, à Suécia, à Suíça ou à Áustria, para se sentirem seguras e se desenvolverem?

De facto, a NATO devia ter sido desmantelada logo que acabou o Pacto de Varsóvia. Só assim a UE poderia ter criado uma política e uma força militar de defesa que respondesse aos seus interesses, e não aos interesses dos EUA. Que ameaça havia para a segurança da Europa que justificasse as intervenções da NATO na Sérvia, em 1999, no Afeganistão, em 2001, no Iraque, em 2004, na Líbia, em 2011? Depois de tudo isto, será possível continuar a considerar a NATO uma organização defensiva?

Director emérito do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra e coordenador do Observatório Permanente da Justiça

Publico



Liga Europa
Há 18 jogos sem perder, FCP foi derrotado pelo Lyon
Desporto, 38



Endurance
Navio de Ernest Shackleton, encontrado mais de 100 anos após o naufrágio
Ciência, 30

Brasil
Colectivo de curadores com Grada Kilomba dirige próxima Bienal de São Paulo
Cultura, 28

Sanções dos EUA à Rússia abrem a porta a uma nova crise do petróleo

Guerra na Europa Ucrânia vai ouvir o que a Rússia entende por “estatuto neutral” • Hospital pediátrico em Mariupol foi bombardeado pela Rússia e 17 pessoas ficaram feridas • Ministro da Defesa português a favor do aumento da despesa já “no próximo programa do Governo” Destaque, 2 a 13 e Editorial



Reportagem
Na Ucrânia, ser uma “mãe coragem” é o mínimo
Dos nossos enviados João Ruela Ribeiro e Adriano Miranda, em Lviv

ADRIANO MIRANDA

Banca
Novo Banco pede ajuda de mais 209 milhões

Economia, 23

Covid-19
“Vamos ter aqui uma espécie de montanha-russa”

Sociedade, 20

PSD
Poiares Maduro recolhe apoios e Carlos Moedas está sob pressão

Política, 19

Eleições
Votar deixou de ser “desafiante” para eleitorado mais jovem

Política, 18/19

Espanha
Quando os museus falam de guerra e de outros conflitos

Cultura, 26/27